

**A. S. Recreativa Juventude Vila
Fonche / Juventude**

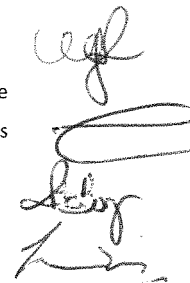
Anexo

2017



Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	8
5	Activos Fixos Tangíveis	8
6	Activos Fixos Intangíveis.....	9
7	Locações	9
8	Custos de Empréstimos Obtidos	9
9	Inventários	10
10	Rédito	10
11	Provisões, passivos contingentes e activos contingentes	10
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	11
14	Imposto sobre o Rendimento.....	11
15	Benefícios dos empregados	11
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
17	Outras Informações.....	12
17.1	Investimentos Financeiros	12
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	12
17.3	Clientes e Utentes	12
17.4	Outras contas a receber	12
17.5	Diferimentos.....	13
17.6	Outros Activos Financeiros.....	13
17.7	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
17.8	Fundos Patrimoniais.....	13
17.9	Fornecedores	14
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	14
17.11	Outras Contas a Pagar	14
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	15
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração.....	15
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	15
17.15	Outros rendimentos e ganhos.....	16
17.16	Outros gastos e perdas.....	16
17.17	Resultados Financeiros.....	16
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	17



1. Identificação da Entidade

A **Associação Social Recreativa Juventude de Vila Fonche/Juventude** é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, cujo registo foi efetuado nesta Direção-Geral em 10/07/1995, sob a inscrição n.º 40/95 a fls.50 verso e 51 do livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social, mais se declara que a instituição é reconhecida de utilidade pública, nos termos do disposto no art.º 8.º, do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro, com sede no Lugar da Tourim, freguesia de Vila Fonche, concelho de Arcos de Valdevez, distrito de Viana do Castelo. Tem como principais objetivos:

- *Promover a solidariedade social através dos tempos livres;*
- *Promover o associativismo juvenil e dinamizar a participação dos jovens na sociedade e na animação sociocultural;*
- *Afirmar a importância do movimento juvenil na vida da região, reconhecendo o seu próprio papel;*
- *Intervir em várias atividades que se relacionem com a solidariedade social;*
- *Proporcionar aos jovens, e população em geral, uma melhor qualidade de vida;*
- *Oferecer aos jovens atividades capazes de afastá-los de comportamentos desviantes.*

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS	226.625,35
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	0,00
Outros Ajustamentos	76.000,00
Impostos Diferidos	0,00
Total de Ajustamentos	76.000,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	302.625,35



3.Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

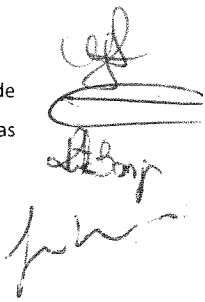
As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

Todas as informações materialmente relevantes encontram-se discriminadas neste anexo.

3.1.5 Compensação

Não houve compensação de saldos.

Handwritten signatures and stamps in the top right corner, including a circular stamp and several lines of cursive handwriting.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não aplicável.

3.2.3 Propriedades de Investimento

Não aplicável.

3.2.4 Ativos Intangíveis

Não aplicável.

3.2.5 Investimentos financeiros

Não aplicável.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido.

A Entidade adota como método de custo específico dos inventários.



3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - **Alterações no risco segurado;**
 - **Alterações na taxa de câmbio;**
 - **Entrada em incumprimento de uma das partes;**
 - **Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:**
 - **Alterações no preço do bem locado;**
 - **Alterações na taxa de câmbio**
 - **Entrada em incumprimento de uma das contrapartes**

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

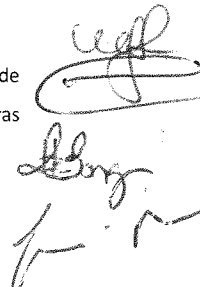
Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios ao investimento

3.2.9 Provisões

Não aplicável.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Os empréstimos obtidos encontram – se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos do período, constando na demonstração de resultados na rubrica “ Fornecimentos e serviços externos”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	47.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00
Edifícios e outras construções	248.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.290,00
Equipamento básico	9.880,32	0,00	0,00	0,00	0,00	9.880,32
Equipamento de transporte	87.064,28	0,00	0,00	0,00	0,00	87.064,28
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	80.840,08	0,00	0,00	0,00	0,00	80.840,08
Outros Activos fixos tangíveis	21.501,65	850,00	0,00	0,00	0,00	22.351,65
Total	495.076,33	850,00	0,00	0,00	0,00	495.926,33
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	62.230,29	5.063,34	0,00	0,00	0,00	67.293,63
Equipamento básico	9.305,83	571,70	0,00	0,00	0,00	9.877,53
Equipamento de transporte	87.064,28	0,00	0,00	0,00	0,00	87.064,28
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	80.663,73	619,01	0,00	0,00	0,00	81.282,74
Outros Ativos fixos tangíveis	20.697,76	455,45	0,00	0,00	0,00	21.153,21
Total	259.961,89	6.709,50	0,00	0,00	0,00	266.671,39

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	47.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.500,00
Edifícios e outras construções	248.290,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.290,00
Equipamento básico	9.880,32	376,24	0,00	0,00	0,00	10.256,56
Equipamento de transporte	87.064,28	0,00	0,00	0,00	0,00	87.064,28
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	80.840,08	0,00	0,00	0,00	0,00	80.840,08
Outros Ativos fixos tangíveis	22.351,65	0,00	0,00	0,00	0,00	22.351,65
Total	495.926,33	376,24	0,00	0,00	0,00	496.302,57
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	67.293,63	5.063,34	0,00	0,00	0,00	67.356,63
Equipamento básico	9.877,53	2,80	0,00	0,00	0,00	9.880,33
Equipamento de transporte	87.064,28	0,00	0,00	0,00	0,00	87.064,28
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	81.282,74	682,06	0,00	0,00	0,00	81.964,80
Outros Ativos fixos tangíveis	21.153,21	455,45	0,00	0,00	0,00	21.608,66
Total	266.671,39	6.203,65	0,00	0,00	0,00	272.875,04

6. Ativos Intangíveis

Não aplicável.

7. Locações

Não aplicável.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016				2017		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	15.462,23	0,00	138,04	21.017,71	0,00	195,73
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	0,00	15.462,23	0,00	138,04	21.017,71	0,00	195,73
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				15.324,19		0,00	20.960,02
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

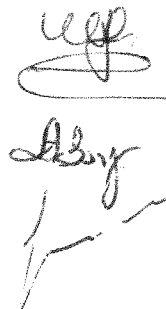
10. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	82.364,60	78.404,50
Quotas e jóias	72,00	60,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	239,46
Serviços secundários	15.288,16	18.241,57
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	97.724,76	96.945,53

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável



12.Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
	0,00	0,00
Apoios do Governo		
	0.00	0.00
Total	0,00	0,00

13.Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14.Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15.Benefícios dos empregados

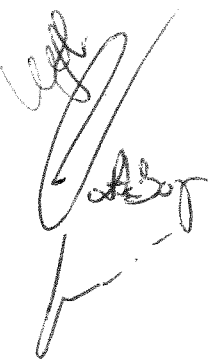
O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2017 e 2016 foram, respetivamente “5” e “5”.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de “12” e em 31/12/2016 foi de “12”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	159.769,62	162.771,07
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	29.651,45	23.969,21
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.405,68	1.376,30
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0.00	0.00
Total	190.826,75	188.116,58

Nota: Nas remunerações ao pessoal estão inseridas remunerações, tais como, subsídio de alimentação, ajudas de custos e abono para falhas que não estão sujeitas a contribuição para segurança social.



16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Não aplicável.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não aplicável.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	6.139,42	4.697,57
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Total	6.139,42	4.697,57

17.4 Outras contas a receber

Não aplicável.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a Reconhecer		
Seguros	382,98	315,59
Remunerações a liquidar	22.605,93	20.879,35
Outras despesas Diferidas	0,00	0,00
Total	22.988,91	21.194,94
Rendimentos a Reconhecer		
Subsídios a receber	20.889,50	7.865,95
Total	20.889,50	7.865,95

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	24,77	0,00
Depósitos à ordem	9.725,55	11.140,79
Depósitos a prazo	73.775,71	73.775,71
Outros	0,00	0,00
Total	83.526,03	84.916,50

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	226.625,35	0,00	3.124,00	223.501,35
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	76.000,00	0,00	2.500,00	73.500,00
Total	302.625,35	0,00	5.624,00	297.001,35

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	9.556,81	2.061,68
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	9.556,81	2.061,68

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

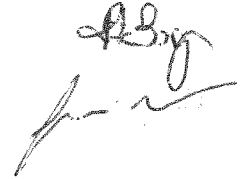
Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	819,42	304,58
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	819,42	304,58
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.015,50	918,00
Segurança Social	3.538,20	2.942,31
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	4.553,70	3.860,31

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Durante o corrente ano não houve movimentação nesta rubrica.



17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	89.172,87	93.522,92
Subsídios de outras entidades	111.420,95	55.105,27
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	200.593,82	148.628,19

NOTA: Os subsídios do Estado e outros entes Públicos são: Instituto Segurança Social e Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e Subsídios de outras entidades são: I.P.D.J. Instituto Português do Desporto e Juventude e Agência Nacional.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	17.826,23	9.479,38
Materiais	4.901,36	6.198,01
Energia e fluidos	13.726,75	12.839,20
Deslocações, estadas e transportes	29.863,79	14.482,89
Serviços diversos	31.338,96	27.342,14
Encargos com Utentes	1.893,25	2.245,52
Total	99.550,34	72.587,14

17.15 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	117,93	3.016,72
Total	117,93	3.039,20

17.16 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	00,00
Outros Gastos e Perdas	8.691,61	3.080,00
Total	8.691,61	3.080,00

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6,10	341,85
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	341,85
Resultados Financeiros	6,10	341,85


17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do ano corrente, obtivemos um resultado líquido positivo no valor que ascendeu a 2.608,42€, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Arcos de Valdevez, 19 de março de 2018

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção

